

PERFIL DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ITAMARANDIBA - MG

Joseane Andrade Souza ¹
Rosylene Gomes Chaves ²
Sheila Aparecida Oliveira Alves ³
Silvana Aparecida Ribeiro ⁴
Veronica Tercilia Rocha Gomes ⁵

Este trabalho se volta para a reflexão sobre a estrutura das instituições de ensino frente às necessidades dos alunos de educação especial. A escolha desse tema se baseou na importância de garantir aos alunos com deficiência, condições de matrícula e permanência no contexto escolar.

O artigo 208 da Constituição prevê que “é dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A inclusão é um desafio a ser vencido no contexto escolar, uma vez que fazê-la acontecer depende de recursos diversos que atendam às particularidades das pessoas com necessidades educacionais e especiais.

Para Silva (2008) o desafio da educação brasileira é a implementação da política de inclusão educacional de promoção do acesso e da qualidade, com a organização de instituições que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação, escolas e universidades que valorizem as diferenças como fator de enriquecimento do processo educacional, transpondo barreiras para a aprendizagem e a participação com igualdade de oportunidades. Neste sentido, escola para todos é aquela que consegue se adequar para receber seus alunos independente das diferenças e mantê-los nela.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), acessibilidade é entendida como sendo a “possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT/NBR 9050, 2004). No contexto escolar, quando se fala de acessibilidade,

¹ Professora supervisora: Especialização em Educação Profissional IFNMG, joseane.andrade@educacao.mg.gov.br;

² Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, rosileneegms2000@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, sheilaspf@hotmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, silvanaribeiro111@gmail.com;

⁵ Graduanda do Curso de Pedagogia – EAD da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, veronicarochagomes99@gmail.com.

não diz respeito apenas às metodologias de ensino, mas também, a um espaço físico que atenda às necessidades de cada aluno e que contribua para o fortalecimento do ensino-aprendizagem.

A Política de Educação Especial vigente indica que os sistemas de ensino são responsáveis pelo “acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais de todos os estudantes” (BRASIL, 2008)

A questão da inclusão das pessoas com deficiência é um desafio e meta para o contexto escolar. No cenário brasileiro, a discussão sobre acessibilidade ganhou destaque nas últimas décadas, impulsionada por uma série de avanços legislativos e pela conscientização crescente sobre a importância de garantir igualdade de oportunidades para todos, garantir a inclusão e erradicar a exclusão.

Embora muitas legislações adotem o tema acessibilidade, na prática, as instituições de ensino enfrentam dificuldades na implementação adequada das leis, muitas vezes oriundas da falta de recursos.

O tema é abrangente e muito importante, considerado o crescente número de alunos público-alvo da educação especial.

Para tanto, como parte de uma das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do subprojeto de Educação Especial Inclusiva dos cursos Pedagogia EAD e Letras (presencial) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM os discentes se organizaram para conhecerem melhor sobre a inclusão nas escolas da rede pública de ensino da cidade onde residem. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo traçar o perfil de acessibilidade em escolas públicas do município de Itamarandiba – MG.

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e de corte transversal.

A amostra foi composta por 14 escolas públicas municipais e estaduais de Educação Básica de Itamarandiba – MG.

Como instrumento de coleta de dados, foi elaborado um questionário pelos próprios pesquisadores e inserido no *Google Forms* com questões fechadas e abertas sobre dados gerais da escola, como total de alunos matriculados, tempo da escola no município e dados específicos sobre a inclusão de alunos com deficiência e transtorno, como o número total de alunos, os tipos de deficiência/transtorno, a existência de sala de recursos e profissionais surdos nestas.

Foi realizada estatística descritiva com valores em frequência real e absoluta através do *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS* versão 26.0 para *Windows*.

Os dados coletados por meio da aplicação dos questionários a servidores da escola, ora secretaria, ora a direção, pelos Pibidianos do subprojeto serão expostos a seguir:

A partir dos dados coletados foi possível perceber que a maioria das escolas (92,8%) possui estudantes matriculados público alvo da Educação Especial. Somente em uma escola não há estudantes com deficiência e/ou transtornos. Estes dados coletados estão de acordo com a crescente de matrículas de estudantes com deficiência na escolas regulares comuns, de acordo com o Censo da Educação Básica 2020 (MEC, 2020), onde registra-se que esses alunos eram 145.141, em 2003, e somavam 750.983, em 2015, segundo dados do Censo Escolar do Inep. Em modo processual, as matrículas em classes especiais e escolas especiais diminuíram, passando de 358.898 (2003) para 179.700 (2015) e o número de matrículas nas classes comuns passou de 27.031 (2009) para 102.996 (2020).

No entanto, os dados sobre as Salas de Recursos Multifuncionais, em que apenas 4 (28,6%) das escolas possuem, vão na contramão da Política de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, que segundo fomenta a criação e implantação destas com recursos financeiros, mobiliário e capacitação para os profissionais que se encaixam no perfil e desejam trabalhar com este público (MEC, 2010).

Neste contexto percebe-se a presença maciça dos profissionais de apoio (13 escolas – 92,9%), pessoas que lidam diretamente com estudantes que precisam de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, têm a tarefa de mediar educandos e demais professores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (Brandão; Ribeiro; Ruas, 2021). Em todas as escolas pesquisadas que recebem estudantes com deficiência e/ou transtornos há este profissional. Este perfil confirma as políticas de inclusão lançadas e adotadas pelo governo Federal e demais estados e municípios no que concerne ao Atendimento Educacional Especializado, dando oportunidades diferentes a quem mais necessita, dando autonomia aos estudantes e fazendo com que sintam parte do ambiente escolar.

O presente trabalho se propôs a traçar um perfil sobre a acessibilidade na educação da rede pública da cidade de Itamarandiba – MG. Com os dados coletados foi possível depreender que o público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação), em sua maioria, está matriculado nas escolas regulares comuns.

Além disso, foi possível perceber a falta de Salas de Recursos Multifuncionais para atendimento aos estudantes com deficiência e/ou transtornos no município pesquisado, no que

tange à tentativa de equidade, possibilidades e autonomia na educação. Apesar de haver um programa a nível federal de incentivo e implantação destas salas, ainda há municípios com pouca abrangência e poucos profissionais adequados e capacitados para atuação.

Na contramão da pequena quantidade de Salas de Recursos Multifuncionais, a presença de profissionais de apoio é maciça nas escolas regulares comuns que recebem o público alvo da Educação Especial. Dessa maneira, percebe-se que os estudantes estão sendo condzidos por profissionais que os acompanha para a realização de uma educação que gere autonomia e onde a acessibilidade aconteça de fato.

Por fim, foi possível deprender que ainda faltam pesquisas com relação à formação e atuação dos profissionais de apoio nas escolas regulares comuns, uma vez que não foi possível entrevistá-los e traçar um perfil mais específico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), subprojeto Pedagogia EAD e Letras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

Palavras-chave: Perfil, Acessibilidade, Educação Básica, Estudantes com deficiência e/ou transtornos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Rio de Janeiro, 2004.

BRANDÃO, V.B.G.; RIBEIRO, I.T.S.; RUAS, K.N. **Inclusão educacional e social:** crianças com necessidades específicas e relação com profissionais de apoio. SN: 2675-6889 Revista de Estudos em Educação e Diversidade. v. 2, n. 6, p. 1-15, out./dez. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2020:** notas estatísticas.

BRASIL.MEC/SECADI. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2008.

SILVA, M. C. **Políticas de Inclusão no Ensino Superior:** Panorama da Legislação Brasileira. VI Congresso Português e Sociologia. 2008.